



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ata de Reunião nº 09/23

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de 2023 (segunda-feira), às 14 horas, por videoconferência, utilizando a plataforma de comunicação “Google Meet”, reuniram-se os membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deste Egrégio Tribunal, o Excelentíssimo Desembargador **José Otávio de Souza Ferreira**, Presidente da Comissão, os Excelentíssimos Desembargadores **Edison dos Santos Pelegrini** e **Renato Henry Sant’Anna** e o representante da magistratura de 1º grau, Excelentíssimo Juiz do Trabalho **Sérgio Polastro Ribeiro**, Presidente da Amatra XV. Presentes, ainda, como convidados, o Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**, e o Secretário de Orçamento e Finanças, **Marco Antônio Fernandes**. Ausentes a Excelentíssima Desembargadora **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes** (em gozo de férias) e o representante dos servidores, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região – Sindiquinze, **Ivan Bagini** (justificadamente).

Secretariaram os trabalhos o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Flávio Landi, e o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva.

O **Presidente da Comissão**, após declarar aberta a reunião e agradecer a presença de todos, franqueou a palavra ao Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**, para tratar do principal tema da pauta: Execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Orçamentária – fechamento do exercício de 2023.

Esclarecendo questão abordada pelo Presidente da AMATRA a respeito do pagamento da GECJ, o Diretor-Geral lembrou que a área técnica responsável pela aferição do direito ao recebimento de tal gratificação no Tribunal é a Assessoria de Apoio aos Magistrados, e assim que a respectiva informação é produzida no âmbito dessa unidade, os setores da área financeira do Tribunal lançam, imediatamente, os dados no MGT, inclusive com rigorosa observância dos prazos cada vez mais exíguos estabelecidos pelo CSJT para a prestação de informações relativas a gastos com pessoal.

O Presidente da AMATRA teceu considerações, ainda, sobre a necessidade e a importância de a Administração do Tribunal ter servidor(es) especificamente destacado(s) e preparado(s) para fazer a interface da Instituição principalmente com os magistrados aposentados, tendo sido ponderado pelo Diretor-Geral que há, historicamente, grande zelo do corpo de servidores do Tribunal no trato dos assuntos de interesse da magistratura e no atendimento aos próprios interessados quando do contato na busca de informações e esclarecimentos.

O Presidente da AMATRA trouxe à pauta, novamente, a questão sobre a implementação da Resolução CNJ n.º 500/2023, que alterou a Resolução CNJ n.º 294/2019.

O Diretor-Geral informou que este Tribunal esteve na iminência de proceder à tal implementação, neste exercício, quando o CSJT expediu determinação aos Tribunais para que se abstivessem da adoção de qualquer providência nesse sentido; informou, ainda, que a respectiva verba foi incluída na proposta orçamentária, mas a forma de sua implantação depende de definição do Conselho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Sem mais assuntos a tratar, deliberou-se que deverá ser juntada cópia desta Ata tanto aos autos do Processo n.º 5680/2022 PROAD como aos dos Processos n.º 1013/2023 PROAD, n.º 14733/2023 PROAD e n.º 25600/2023 PROAD.

Determinou-se que, após aprovada pela Comissão, cópia da presente ata seja remetida, também, ao Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**, e ao Secretário de Orçamento e Finanças, **Marco Antônio Fernandes**.

E nada mais havendo para tratar, o Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por concluídos os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 14h51.

José Otávio de Souza Ferreira
Desembargador Presidente da Comissão